
EDITORIAL

AGB: GEOGRAFIA E GEÓGRAFOS¹

Profa. Dra. Odette Carvalho de Lima Seabra²

Poderíamos comemorar os 75 anos da AGB começando por indagar sobre as práticas que dão sentido e justificam a nossa entidade, cuja finalidade é a de congregar os geógrafos brasileiros. Poderíamos, também, indagar sobre o seu funcionamento e suas relações com os objetos de investigação e mesmo com os conteúdos temáticos que formam o repertório do saber Geográfico.

Nesse sentido, proponho uma caracterização, mesmo que sumária, da AGB, além de uma breve discussão sobre a valorização dos contextos sociais, históricos e políticos em suas relações com a Geografia, os geógrafos e a AGB.

Na atualidade, a AGB tem força de representar a Geografia em todo território nacional. Os Encontros bianuais de Geógrafos, intercalados periodicamente pelos Congressos Nacionais de Geógrafos, reúnem desde há muito tempo, por volta de três mil participantes.

Esses acontecimentos são fenômenos de massa, de grandes números que carregam a positividade da reunião, da comunicação e do debate das bases teóricas da disciplina com troca de experiências e de conhecimentos. Em princípio, conhecimentos livres e desinteressados.

É certo que os efeitos qualitativos, ou a positividade de tais reuniões, na teoria e na prática, podem até ser de difícil mensuração, mas indubitavelmente levam à possibilidade de atualização dos temas e dos problemas dos diversos sub campos, ou áreas que formam o saber geográfico. Certo é que ninguém sai como entrou de um acontecimento como são os Encontros e os Congressos.

¹ Palestra proferida em comemoração dos 75 anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros, no dia 29 de maio de 2009. AGB São Paulo.

² Ex diretora da Seção São Paulo da AGB e Ex Presidente da AGB.

Estes eventos repercutem no plano da pesquisa e do ensino, uma vez que a própria Geografia que se ensina se insere verticalmente na formação escolar, desde a escola elementar até o nível pré-universitário. É muito expressiva a demanda por Geografia, haja vista o volume crescente de publicações que está, de alguma forma, relacionado à mobilização que tem por sentido a atualização de conhecimentos oriundos de pesquisas, de estudos, de teses, como também da presença social e política, em inúmeras frentes, dos geógrafos e da Geografia.

Uma vez que a AGB está inserida no movimento do mundo, admite-se como lógica, a repercussão desse movimento sobre a entidade. Os quadros que se ocupam da administração e gestão da AGB não são profissionais nessas funções. Realizam-na como doação de tempo e de talentos, reforçando o sentido político que os geógrafos têm conseguido imprimir as suas ações, num impulso generoso que marca o perfil da entidade.

De modo que nesses setenta e cinco anos a AGB passou de uma associação que reunia cientistas geógrafos e não geógrafos, os quais pareciam almejar conhecimento geográfico da realidade a partir de São Paulo³, a ser uma entidade de porte nacional que se transformou num fórum de debates, de exposição de estudos e de teses sobre o Brasil, elaborados, sobretudo, por estudantes, por professores de Geografia e por pesquisadores, em todo o território nacional. Os eventos da AGB (encontros em congressos) são sempre enormes empreendimentos que parecem constituir a principal atividade da entidade. Não vai nenhum demérito nisso, ao contrário, o fluxo de interesse que mobiliza a entidade periodicamente por si só justifica essa operacionalização.

³ “ a Geografia de São Paulo propõe uma visão disciplinar diferenciada que justifica, a partir do campo estritamente epistemológico, sua difusão no plano nacional. Esta visão disciplinar, fundamentada teoricamente na Geografia Humana Francesa, com capacidade para conceituar os processos que estavam acontecendo em São Paulo, quais sejam: a urbanização, o avanço da fronteira agrária, a industrialização e cuja reprodução era desejável em todo país , eram os fundamentos que justificavam a promoção do mesmo como discurso legítimo para a Geografia. Uma variante do projeto de Imperialismo benéfico, formulado por Júlio de Mesquita Filho, em seu documento ‘A comunhão Paulista’, desta vez aplicado ao campo disciplinar”. In: Zusman, Perla Brígida. “Na Procura das Origens da AGB”. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n° 78, p. 28, 2001.

Pode-se dizer, os geógrafos e a Geografia que se faz em um país enorme como este estão representados de norte a sul na AGB. O que não é pouco.

As publicações sejam anais de Congressos e Encontros ou as publicações das sessões locais, mesmo boletins informativos e principalmente o veículo principal que é a Revista Terra Livre, condensam o movimento da Geografia no Brasil nos últimos setenta e cinco anos.

Colocássemos numa linha do tempo a seqüência de temas tratados e de eventos, especificando inclusive, as metamorfoses dos temas que têm mobilizado as motivações e os interesses, durante essas décadas, encontraríamos uma correlação muito estreita entre os contextos sócio-culturais e a produção geográfica desde a sua fundação.

De todo modo, veríamos que a aporia (enigma) que atravessou a entidade durante estas décadas era de não perder sua característica de origem fundada numa visão integral de Ciência Humana, ocupando-se da integração do homem com a natureza, a partir de uma leitura do homem e o meio geográfico. Sendo a natureza entendida como exterioridade, como dimensão objetiva/física do mundo. Postura analítica que marcou a entidade em termos práticos, tendo inclusive, se revelado virtuosa para o processo de modernização social desencadeado a partir de São Paulo.

Os estudos de Perla Zusman sobre o ideário que envolveu a criação da AGB mostram com clareza, inclusive nos seus desdobramentos, como a Geografia enquanto campo do saber e a AGB enquanto associação de cientistas chegou ser, *em si*, a objetivação de um projeto das elites cultas e poderosas de São Paulo, em suas pretensões de hegemonia política.

Acontece que tanto uma como a outra (a Geografia e a AGB), no decurso do tempo histórico, acabariam por objetivar, *para si*, a negação dessa mesma origem, em face da popularização do ensino da Geografia e da diversidade de interesses que passou a abrigar e a representar, após meio século (década de setenta) de suas atividades. Tem, a autora, veiculado seus estudos no Boletim Paulista de Geografia, publicação da Seção São Paulo da AGB.

Pode-se dizer que em meados dos anos trinta, com a criação da Universidade de São Paulo, a forma instituinte do conhecimento nas

humanidades correspondia aos conteúdos que recortavam o saber segundo os campos das disciplinas acadêmicas, pelos quais transitam os pesquisadores com o produto dos seus trabalhos.

Acontece que em algumas décadas o desencontro entre as premissas de fundação e o seu resultado foi revelando outros problemas.

Estando esse ato de fundação da Universidade impregnado de um discurso ufanista tinha também que produzir e que veicular conhecimento, além de discursos, ao abrir as portas para o progresso em função da industrialização centrada em São Paulo; o curso da industrialização exigia difusão da Geografia porque ela funcionava como porta de entrada, como caminho de conhecimento do mundo entre a massa de população que rapidamente se urbanizava. Pois, esses contingentes de população desenraizada e proletária alargavam sem cessar o espaço urbanizado de São Paulo. Até onde entendo, a difusão da escola pública, a qualidade cívica dessa difusão, tinha esse sentido. Mas, por outro lado, o propósito ufanista ficava sujeito à verificação crítica na prática do conhecimento (a Geografia e a AGB para si). Este é apenas um dos níveis de problemas com os quais a Geografia tinha que lidar ao se realizar para fora como campo disciplinar. A Geografia que se ensina, o que se ensina, como se ensina começou a ocupar um lugar importante no interior da entidade.

Há um plano no qual a Geografia realizava-se também para dentro. Nesse sentido, sendo um âmbito de conhecimento que tem vocação para a totalidade a partir de uma perspectiva integradora de natureza, história e cultura, tem que vivenciar a contradição de que o conhecimento geográfico progride analiticamente.

Isto também repercutia na entidade de geógrafos. Tanto que, à medida que se aprofundavam as ordens temáticas, que se configuravam subáreas de conhecimento, lentamente, mas seguramente eram produzidas clivagens e separações na esfera do saber, que acabavam por diminuir a importância da entidade naquela respectiva ordem de problemas.

Veja-se, o estudo da cidade foi compondo um universo muito complexo dos estudos urbanos, o estudo do mundo rural e agrário também

exige tratamento analítico tal como acontece, sucessivamente, com os compartimentos da Geografia física, da cartografia, assim por diante.

A Geografia está no movimento do mundo. Os diferentes saberes a compõem desde a sua institucionalização como campo disciplinar, a moderna Geografia, formam sub-campos de conhecimento e dão forma a um processo de autonomização das partes.

Esta autonomização é a forma como tem progredido o conhecimento geográfico, embora, contraditoriamente, cada vez mais se afirme a necessidade de uma compreensão integradora dos processos que articulam natureza, cultura e história. A atual e tão propalada questão ambiental coloca para a sociedade inteira o problema da deterioração do meio por volta de um discurso que quer ser integrador e que proclama consciência de uma união perdida (elo perdido), para cair numa instrumentalização rasa, operando os conceitos de sustentabilidade, mobilizados por volta de uma matriz insumo produto.

No âmbito da Geografia, permanece sem solução e sem meios de ser solucionada essa contradição que é tão interna e própria da Geografia, uma vez que essa perspectiva integradora não pode impedir o progresso dos conhecimentos parcelares. Historicamente, a autonomização tem se desdobrado em novas disciplinas, tais como antropologia e agora, por exemplo, relações internacionais cuja matéria básica é a geografia política.

Vou citar apenas dois casos. Nos anos vinte, o positivismo invadiu a Geografia norte americana. A perspectiva de instrumentalizar o conhecimento da qual o plano valorização do Vale do Tennessee é ainda hoje um bom exemplo, porque instaurava uma vigorosa separação em cujo fundamento estava o planejamento territorial. Exatamente por isso provocou certos isolamentos que, na verdade, recusavam tal orientação. Carl Sauer é um dos que se isolaram e que seria mais tarde conhecido por culturalista, como expoente da Geografia Cultural norte americana. Fugindo do positivismo ele se manteve na busca de uma visão integradora da Geografia afirmando que a cultura (residual) poderia ser esse plano integrador.

Analogamente, diz Marshall Sahlins, em *A Cultura na Prática*, que Franz Boas, geógrafo alemão, incomodado com o desmembramento analítico da Geografia em seus componentes de ciências natural: geologia,

hidrologia, climatologia, geofísica e, assim por diante, lamentou que isso significasse a desconstrução do fenômeno geográfico tal como se apresentava à experiência, portanto, de qualquer conhecimento de fatos geográficos, como tais. Boas acabou resgatando a propensão cosmográfica do conhecimento através da antropologia. Tornou-se um celebrado antropólogo no debate do relativismo cultural. Poucos sabem que era um importante geógrafo.

Em suma, a Geografia segue o seu processo de separações originárias, os quais, no entanto, podem ser compreendidos de modo diferente. Pois, de um ponto de vista da epistemologia da Geografia, vê-se que, nas últimas décadas, o conhecimento geográfico parece abdicar da noção paradigmática da relação homem/natureza, em favor do paradigma que relaciona natureza/sociedade. Nestes termos, o conhecimento ganha complexidade porque se trata de passar do homem genérico para as sociedades que são, em sua essência, históricas. E, pensar a sociedade como totalidade referencial da práxis, não impede a verticalidade da análise, mas exige operar um conceito de totalidade que permite recompor o processo de fragmentação e de separações do saber, articulando as dimensões e os níveis do processo social. Uma abordagem *histórico genética* pode ser um caminho conveniente.

Mas, ocupemo-nos novamente da Geografia e da AGB. A orientação dos trabalhos da entidade na perspectiva do ensino da Geografia, que tem marcado o seu perfil, vem de longa data⁴. Mas, nos últimos vinte anos, em paralelo com o movimento do conhecimento geográfico (progressão analítica), a AGB tem assimilado nas suas frentes de atuação os encontros de professores e inserindo-se no debate sobre o ensino da Geografia e da formação de professores.

Por outro lado, os encontros de Geografia Urbana e de Geografia Agrária sugerem outra compreensão. Pois, do ponto de vista da lógica

⁴ Aroldo de Azevedo, autor de livros didáticos, *best-sellers* nas décadas de 40 e de 50, "começou a freqüentar as reuniões, assiduamente, a partir do segundo semestre de 1935. Ainda nesse ano, propôs em reunião (e foi aprovada) a constituição de uma comissão da AGB para manifestar-se sobre a reforma curricular do ensino secundário de Geografia, no bojo das reformas educacionais em andamento no país" IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, H. Dieter. "CAIO PRADO JR e a Associação dos Geógrafos Brasileiros". EDUSP, 2008, p. 261.

interna desse processo que leva à autonomização de áreas ou subcampos do saber geográfico, parece anacrônico o compromisso com a AGB porque esses fóruns não têm o peso político e científico enraizado na entidade como tem o ensino da Geografia.⁵ A conveniência dessa ligação com a AGB parece ser a de garantir uma perspectiva de totalidade ao exercitar os subcampos do conhecimento geográfico num fórum bastante amplo como são os encontros e congressos. Nesse sentido, a AGB propicia uma convergência saudável das diferentes abordagens e dos diferentes níveis de tratamento do real.

SOCIEDADES CIENTÍFICAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

O movimento do conhecimento marca o caráter da entidade e induz a certas práticas, tais como estão sendo descritas as práticas que levaram à criação da AGB e de outras associações científicas nos anos trinta: Sociedade Brasileira de Antropologia, Sociedade de Sociologia, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre outras.

Por outro lado, é necessário considerar o papel e o peso que a institucionalização do conhecimento faz incidir sobre as entidades. Neste caso, sobre a AGB. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva histórica, é preciso considerar que a oportunidade de praticar conhecimento como ato livre e desinteressado, que se realize no âmbito de especulações, a ponto de permitir o acaso, foi se mostrando cada vez mais inexistente.

A partir dos anos trinta, o processo de investigação no País foi ganhando inserção no aparato do Estado. A década de trinta é marcada pela criação dos códigos (código das águas, de minas e energia) que tiveram o efeito de instituir instâncias de estudo e de gestão. Nos anos cinquenta, tivemos a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e nos anos 70, a institucionalização da pós-graduação no País. São processos instituintes que minimizam a

⁵ Argumento que foi claramente exposto pelo geógrafo Roberto Lobato Correia quando foi programado o primeiro SIMPURB, afirmando que “era necessário dispor de um *forum* restrito para debater a produção em Geografia Urbana, mas que o fizéssemos no interior da AGB”.

necessidade de uma prática que envolva as associações científicas na produção de conhecimento.

Tanto que pesquisadores-cientistas velam cuidadosamente, mantêm sentinela para não sucumbirem à burocracia estatal.

Desde então, os trabalhos de pesquisa tendem a ser inseridos em macro estruturas estatais (CAPES/CNPq) que organizam tanto a produção como a difusão de conhecimento. E faz parte das funções do Estado regular esse fluxo de atividades complexas como um circuito produtivo. O fato é que o princípio de racionalização que rege a ação do Estado, ao realizar-se no âmbito das disciplinas (via pós-graduação) acabou por gerar, inversamente, como contrapartida as Associações de Pós Graduação, em nível nacional. ANPEGE - Associação Nacional de Pós Graduação em Geografia; ANPOCS - Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais, entre outras.

Disto decorre que as associações que sobreviveram como a AGB, operam com outras frentes.

AGB: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA

As associações científicas que foram sendo formadas à medida que ganhavam contornos as diferentes áreas do conhecimento, tais como Geografia, Sociologia, Antropologia, História funcionaram como um nível de articulação necessário para os pesquisadores e estudiosos. Através delas foram sendo produzidos e veiculados conhecimentos do Território Nacional, de sua problemática, do seu povo, de seus recursos, de sua cultura. Nesse movimento, acabava sendo articulado um *corpus* de conhecimento que traduzia bem a Geografia e a AGB *para si*.

Em *Caio Prado e a Associação dos Geógrafos Brasileiros* vê-se que o impulso intelectual motivador da criação da AGB era parte da mobilização das energias de um amplo campo de interesses culturais e científicos que antevia “um papel prático da Associação na expansão econômica do Estado de São Paulo”⁶. Pois, dentre o grupo fundador e na composição do corpo associativo dos primeiros anos, estavam geógrafos, geólogos,

⁶ Op.cit. p. 28.

engenheiros, historiadores, sociólogos os quais, segundo os estatutos que regiam a Associação, se reuniam a cada 15 dias para apresentar estudos e discuti-los em grupo, além de publicar esses estudos. Trabalhos importantes de Caio Prado Jr., sobre a cidade de São Paulo são dessa fase.

Arbousse Bastide, sociólogo, foi eleito presidente da Associação em 1935, função que desempenhou por um curto período, porque apesar de permanecer “muito vivo seu interesse pelos seus trabalhos (...) deve ocupar-se da Sociedade de Sociologia, como seu secretário, o que está mais próximo de sua especialidade”⁷. Estes apontamentos denotam a mobilização intelectual que justificava a criação das Associações científicas.

Na coleção publicada pela EDUSP sobre história da ciência no Brasil, encontra-se a justificativa de Egon Chaden sobre a criação da Sociedade Brasileira de Antropologia (SBA). Diz ele que “os pesquisadores precisam dialogar com suas pesquisas, expor seus resultados...” De modo que, analogamente, a Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, foi pensada para congregar os indivíduos interessados em Geografia. Neste sentido, as associações científicas cumpriam um grande papel na estruturação do conhecimento, na divulgação de resultados e com a socialização desses mesmos resultados. Nas Associações, encontravam-se pesquisadores e o produto dos seus trabalhos. Isso era o fundamental, era o que as justificava na postulação de que o conhecimento científico não pode ser pautado por uma perspectiva utilitária que o determine por apriorismos. A adoção de fóruns como eram as reuniões culturais periódicas, além dos trabalhos de campo, envolviam grupos interessados nas questões em debate. Reconhecimento no campo, estudos e debates, chegaram ser o principal do trabalho da AGB. A AGB *para si* era esse corpus que se formava pelo conjunto das práticas.

Quando se afirma que a AGB tem o lastro de uma associação cultural e científica, estão necessariamente sendo evocados os seus fundamentos porque, na verdade, os seus propósitos e conteúdos foram atualizados pela história.⁸

⁷ Op. Cit. P. 26.

⁸ Sobre as finalidades da AGB dizia Caio Prado, à época de sua fundação: “No momento que atravessamos, quando as atenções se voltam todas para um melhor conhecimento

Dizia o cientista José Reis jamais estar conformado com o modo de ver que considera a ciência uma reserva técnica destinada a fornecer receitas, regras de ação; muito ao contrário, dizia, penso que essas regras são subprodutos da ciência. Falta amor na pesquisa original, desinteressada. Dizia que tudo isso é resultado de posturas positivistas. Esta observação vale como um protesto porque de fato há posturas positivistas, mas a questão não é apenas essa.

Nas associações científicas, iam sendo construídos os discursos de cada disciplina. No que concerne à Geografia, foi possível identificar que esses discursos eram estruturados em dois níveis. Um discurso era voltado para o interior da corporação e acabava por estruturá-la internamente (para si). Para fora o discurso geográfico legitimava a Geografia como campo de conhecimento em relação às demais ciências.

Necessário é contextualizar o fato de que depois de 30 estão todas as forças sociais empenhadas na construção de um país industrial moderno que superasse os anacronismos de uma cultura caipira, consolidada na figura do Jeca Tatu. Um país capaz de assimilar os imigrantes numerosos e de democraticamente conviver com diferentes credos, diferentes raças apesar de que melhor era ser branco, católico e superar o quadro de vida da cultura rústica do caipira. Era, enfim preciso aceitar o moderno que vinha principalmente através das políticas eugenistas e do sanitarismo, para ser universal.

A Geografia veiculou através da AGB os dois níveis desse discurso, como se vê em suas publicações:

a) Demarcou um âmbito próprio em relação à História, à Sociologia, à Antropologia, à Geologia. Importantes nesse sentido foram os trabalhos de Ab´Saber com respeito à Geologia e de Pierre Monbeig em relação à História e à Sociologia.

das nossas coisas, Geografia (revista da Associação) trará uma contribuição considerável a todos aqueles que se interessam pelo Brasil e a solução de seus problemas. Para realizar este trabalho, não contamos senão com o apoio do público. Não gozamos de favores ou subvenção de qualquer natureza, e tudo o que fazemos é fruto exclusivo do esforço e boa vontade de um grupo de estudiosos interessados unicamente no progresso da cultura brasileira. Não nos movem tão pouco intuits comerciaes. Nosso fim é puramente cultural." Op.cit.p. 91

b) O discurso integrador, formador do *corpus* conceitual da disciplina acompanhou o movimento do moderno, portanto imbuído do ideário do progresso material. Constata-se tal orientação nos trabalhos de Lourdes Radesca em seus estudos sobre energia elétrica, e em Aroldo de Azevedo nas inúmeras passagens de seus livros sobre o Brasil: “O Brasil é um país novo... o negro, o branco coabitaram sem qualquer problema...”

Ambos têm impressionante crença no progresso e, é sob esse ponto de vista que deram, inclusive, contribuição à formulação de um ideário de nação e do reconhecimento do território.

A própria Geografia como campo de conhecimento, tanto quanto a Associação dos Geógrafos, que têm congregado os mais eminentes geógrafos são objetivações de um movimento tenso entre cultura e história. A cultura entendida como aquilo que pode sedimentar-se e que está em permanente embate com o novo. Este que é o motor do movimento do moderno. A partir desse entendimento, pode-se, hoje, verificar o nexo então não decifrado entre a formação das associações científicas, as elites cultas da sociedade e o próprio Estado, a quem cabe efetivar o processo instituinte. Para discutir essa tensão entre o que continua e o que está destinado a perecer, aponto ainda certos aspectos genéticos, formadores das associações científicas.

Lévy Strauss, anos depois de ter integrado a missão francesa que trabalhou na Universidade de São Paulo, logo na sua fundação, se dizia cliente da elite paulistana para quem trabalhava. Dizia-se cliente no sentido romano. O que equivale a considerar que fôra por beneplácito dessas mesmas elites (estamentais) com as quais se relacionou diretamente, que assumira aqui, funções de ilustração.

A criação da Universidade de São Paulo reuniu num único projeto as escolas superiores já existentes nos anos trinta. Era a concretização de um projeto intelectual para São Paulo sob liderança da família Mesquita, fundadores do jornal O Estado de São Paulo, que envolvia em seu círculo descendentes das famílias paulistanas. Tanto que Armando Salles de Oliveira, integrante desse núcleo fundador, foi quem doou à Universidade que criavam a propriedade para a implantação do campus universitário.⁹

⁹ "A revolução constitucionalista de 1932 (CAPELATO, 1981) e seu fracasso não significam para a elite paulistana deixar de lado sua idéia de nortear o desenvolvimento e a polí-

O deslocamento dessa elite política das funções de mando e comando que exerceram, pelo menos até a ascensão do varguismo, parece ter se dado mais lentamente do que os grandes eventos (levantes e revoluções) podem sugerir, pois o mando inscrito nas estruturas do Estado tem mais longa duração. Tanto que, particularmente no nosso caso, o clientelismo acabou por integrar a cultura política da nação. Não obstante, esse deslocamento repercutiu na forma como as instituições começaram a ser inseridas nas estruturas do Estado. Já então um Estado que visava racionalizar atos e processos; promover a racionalidade sistêmica que está nos fundamentos do desenvolvimento do capitalismo enquanto formação social, pois o processo do capital é geneticamente universalizador.

Assim, e sem perder a perspectiva do nacional em formação, à medida que o capitalismo alargava seus domínios em extensão incorporando territórios e que aprofundava os processos ligados à divisão do trabalho, crescia seu grau de organização através das empresas e do Estado. Em contrapartida, crescia o potencial de contestação em todos os domínios da vida civil e política. O movimento social do final dos anos sessenta era antiimperialista. E, tanto quanto a potência do capital era universalizadora, o era também a potencia da contestação antiimperialista.

Cada passo nessa direção provocava desencontros, distensões que preenchiam a cena política. Esses anos (sessenta em todo mundo) indicam um patamar novo de integração sistêmica. Esse processo repleto de nuances repercutia na entidade alcançando o seu funcionamento como também a sua estrutura. Do que resultou uma grande inflexão.

tica brasileira. E é o setor intelectual desta elite nucleada em torno à família Mesquita e ao jornal "O Estado de São Paulo" que continua a batalha política a partir do campo cultural. A formação de uma elite internalizada nos valores sociais destes grupos era objetivo da primeira universidade que se organizasse no período, no Brasil (MICELI, 1979). Dita Universidade faz da área humanística seu eixo e procura tornar esta casa de estudos um centro de excelência acadêmica de nível internacional trazendo para este fim professores diretamente da França (MASS, 1991). Dentro deste contexto, organiza a primeira cadeira de Geografia na Universidade de São Paulo a cargo do Professor P. Deffontaines e também a Associação dos geógrafos Brasileiros (AGB)". In: Zusman, Perla Brígida, op.cit. p. 10.

A CRISE DA AGB

Entendo a crise pela qual passou nossa entidade nos anos sessenta, época na qual os procedimentos estatutários estavam sendo revistos, como a marca de uma clivagem que se produzia na sociedade onde já se opunham pragmatismo (concepção positivista de ciência) e cientificismo, profissionalismo e academicismo.

No nível da sociedade, a luta política opunha os partidos de direita e os de esquerda; estes representados pelos partidos comunistas nos seus diferentes matizes. Difundia-se entre intelectuais, estudantes e mesmo entre segmentos importantes do operariado uma interpretação de esquerda das estruturas e das conjunturas, a partir do marxismo, assumido como doutrinário. A doutrina da classe trabalhadora. Tudo isso pode parecer distante da nossa associação, mas não era. Muitos intelectuais que viveram a circunstância histórica de atuar num meio como é a universidade, por exemplo, e no outro o do partido, experimentaram uma existência paralela ou uma dupla existência até o ponto no qual as posições se confrontaram tanto ao nível dos sujeitos como nas estruturas da sociedade. O que acabou por alcançar o interior da nossa Associação.

Só de passagem, convém lembrar que em 1972 realizou-se em Presidente Prudente o Primeiro Congresso da Associação dos Geógrafos Brasileiros, reunindo mais de quinhentos participantes. Uma reunião considerada enorme para os padrões da Associação, um caso inédito que era resultante de uma reformulação estatutária que visou alargar a participação dos associados.

No ano de 1978, quando ocorreu a reunião de Fortaleza, as vozes e um pensamento de esquerda levantaram-se no interior de nossa entidade. Parece que estava sendo concluída uma fase da Associação Científica. Na verdade, os objetivos originários da entidade foram realizados só até certo ponto. Pois, se nos primeiros tempos, a AGB parecia para os cientistas que a fundaram como um veículo de pesquisa e de ciência desinteressado, no seu processo de afirmação, logo fora demonstrado o seu caráter porque não se podia evitar na sua estruturação, no seu funcionamento e nas mensagens que eram veiculadas, um posicionamento de classe, mesmo que tenha sido sem

o saber. A própria AGB ganhara realidade no âmbito de formação de uma mentalidade. Afinal, os acadêmicos quem eram? Qual era suas origens? Deu-se uma inflexão no processo da entidade que desde essa época (final de setenta), segue no caminho da formação da sociedade de massas e assim foi sendo popularizada a AGB.

É neste sentido que se deve compreender a ruptura da estrutura hierárquica da AGB, na qual eram privilegiadas posições a partir da qualificação e natureza dos sócios, estes que poderiam ser sócios efetivos (aqueles que participavam das reuniões e pagavam mensalidade), correspondentes (aqueles que não residiam em São Paulo) e honorários (aqueles que sem participar dos trabalhos da associação desfrutavam de uma posição de honra), como uma circunstância que corresponde ao movimento geral da sociedade na sua permanente estruturação reestruturação.¹⁰ Pois com o tempo acabaria sendo admitida a categoria de sócios honorários quando a Associação ganhou expressão nacional, contando com presença de eminentes geógrafos figuras já de expressão nacional, sobretudo ligadas às atividades do CNG e IBGE.¹¹

Quando a AGB já conquistara uma base nacional, o seu nível máximo de deliberação eram as Assembléias da AGB, e destes fóruns participavam sócios titulares indicados para tal fim.

Um posicionamento de esquerda na entidade correspondia *pari passu* à difusão do marxismo como método de estudo e de investigação nas humanidades. O marxismo deixava de ser privilégio dos partidos comunistas e o estrutural funcionalismo encontrou as condições mais do que favoráveis à sua difusão entre intelectuais e estudantes.

¹⁰ Leia-se “[...] proposta de criação pelo próprio Moraes Rego, da categoria de sócio honorário para pessoas que sem participar dos trabalhos da Associação, figurassem em seu quadro, como membros de honra. Tal proposta foi, rejeitada, combatida por Caio Prado Jr. e Rubens Borba de Moraes, que ‘alegaram o caráter da Associação, avessa a honrarias e destinada unicamente a trabalhos científicos e eficiência prática.’” Conforme consta da ata da oitava reunião da Associação em 4 de fevereiro de 1935. Op.cit. p28

¹¹ “Nem toda vontade de que estavam imbuídos os fundadores da AGB e seus primeiros sócios poderia competir com tal estrutura centralizada de produção, coleta e organização da informação estatística e geográfica do país, que o governo federal estava promovendo, com a criação do Conselho Nacional de Geografia (CNG) e da fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).” Op.cit. 92

Momento que está bem assinalado nas nossas publicações. Isto assinalou uma enorme clivagem entre os geógrafos acadêmicos e os geógrafos profissionais que se dedicavam ao exercício da Geografia nas instituições estatais de administração e planejamento.

A radicalidade difusa, característica da época, combinou fenômenos de estrutura com fenômenos de conjuntura. Tanto que problemas estruturais vieram à luz e se puseram como exigência inadiável. Aquele momento impôs uma mudança estatutária que consolidou a quebra da estrutura hierárquica da AGB, passando a vigorar os princípios de Gestão Coletiva.

As associações científicas que nasceram livres por necessidade dos pesquisadores e das suas pesquisas, ao que parece, seriam nestas décadas, ultrapassadas nas suas funções originais pela forma como foi sendo institucionalizado o conhecimento no país em resposta às transformações que ocorreram relativas ao grau de organização do Estado e da forma como a reprodução capitalista foi sendo estruturada e articulada na sociedade.

Os institutos de pesquisa, os museus e a Universidade foram até recentemente atribuição do Estado, inserindo-se num nível de formação do Estado, compondo parte das estruturas e dos aparatos.

Hoje, as associações científicas não veiculam nenhum discurso de legitimação. Nem para a corporação de geógrafos que denominei para dentro, nem para fora. Os contornos das disciplinas começam aparecer sem sentido porque para o conhecimento não se postula um objeto *à priori*. Para o conhecimento são colocadas questões que vêm de múltiplas direções ao mesmo tempo e que fundem teoria e prática. Tal é o caso das questões relativas ao ambiente e os questionamentos sob cultura. Nenhuma disciplina acadêmica no sentido clássico pode postular a questão ambiental como seu próprio objeto.

A Geografia, tanto quanto as outras disciplinas, seguem tendo um lugar no conhecimento do mundo, mas tendo que lidar com fenômenos mais e mais complexos, mais e mais amplos em extensão e em profundidade.

Já as associações científicas, todas elas, que guardam enorme importância no contexto de desenvolvimento da ciência no Brasil,

experimentam hoje, uma fase de reconhecimento e identificação dos problemas gerados para sua própria reprodução enquanto associações científicas.

Isto faz lembrar que no início dos anos noventa houve no interior da AGB um movimento para sindicalização da entidade. Ou seja, um movimento que visava transformar a AGB numa instância de debate e mobilização dos geógrafos que exercitavam a Geografia na pesquisa e também como atividade profissional, nos quadros técnicos de empresas e do Estado, além de professores dos diferentes graus do ensino. Esta mobilização esbarrou exatamente no fato de que os professores já possuíam instâncias de organização como são as associações de professores (em São Paulo a APEOESP). E, relativamente aos quadros técnicos, a própria AGB levou a bandeira pela profissionalização do geógrafo os quais se organizaram por dentro da entidade, mas depois de muitos confrontos de interesse foi fundada a associação dos geógrafos profissionais.

Em tese, poder-se-ia dizer que o enigma agora é o de identificar os conteúdos que podem e devem prestigiar a atuação da AGB em território nacional. Acontece que ao problema assim posto em termos históricos e também em termos teóricos, há uma resposta que já está expressa na prática da entidade. Basta torná-la mais e mais clara e assumir sem titubear que hoje a AGB é uma entidade onde militam, sobretudo, professores de Geografia dos diferentes graus de ensino.

O grande fluxo de estudantes e de professores que são mobilizados em todo território nacional por volta dos problemas e das questões postas em debate pela Associação mostram o vigor da Geografia na formação desses expressivos contingentes. Nesse sentido a AGB é uma entidade que tem atualizado sua prática em função das necessidades do conhecimento geográfico.

Horácio Capel, da Universidade de Barcelona, indagou a si próprio sobre o que estaria justificando a Geografia como disciplina acadêmica uma vez que experimenta tantos desmembramentos, fragmentações no saber geográfico. Foi então que discutiu o papel da Geografia na educação e na formação de professores bem como

a propriedade que tem a Geografia de trabalhar e de discutir as visões sociais do mundo. A resposta que encontrou é a de que a Geografia é uma disciplina fundamental no ensino. Ela é a porta de entrada nas humanidades. Por isso que se mantém e está sempre sendo atualizada.

Se assim for a Associação dos Geógrafos Brasileiros terá ainda uma longa existência.

